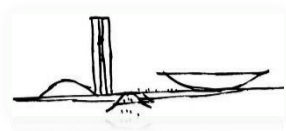


Pauta Congressista da Confederação Nacional de Municípios, contendo as principais matérias de interesse da Entidade, referente a semana do dia 10 a 14 de dezembro de 2018.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC / DATA: 10/12/2018, ÀS 15H, PLENÁRIO 1

ITEM 9 – PLP 436/2008 (Código Tributário Nacional). Ementa: Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para assegurar a participação do ente federativo impactado no licenciamento ambiental de competência da União.

Autor: Deputado Cleber Verde (PRB-MA).

Relator: Deputado Marcos Rogério (DEM-RO).

Posicionamento: Aprovar parecer pela rejeição da matéria.

ITEM 34 – PL 1655/2011 (Salário Educação). Ementa: Altera o § 1º do art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, para dispor sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação.

Autor: Deputada Profª. Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

Relator: Deputado Felipe Maia (DEM-RN).

Posicionamento: Contrário com ressalvas.

ITEM 40 – PL 325/2015 (Uniforme e Material Escolar). Ementa: Dispõe sobre o fornecimento de uniforme e material escolar na educação básica.

Autor: Deputado Goulart (PSD-SP).

Relator: Deputado Thiago Peixoto (PSD-GO).

Posicionamento: Contrário com ressalvas.

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 391/2015 / DATA: 10/12/2018, ÀS 15H, PLENÁRIO 8

Tema: Definição do roteiro de trabalho.

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT / DATA: 12/12/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 4

ITEM 5 – PL 5018/2013 (Fundo Garantia Safra). Ementa: Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra aos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e dá outras providências.

Autor: Senador Antônio Russo (PR-MS).

Relator: Deputado João Paulo Kleinubing (DEM-SC).

Posicionamento: Contrário ao voto do relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL – CAPADR / DATA: 12/12/2018, ÀS 10H, PLENÁRIO 6

ITEM 11 – PL 6947/2010 (Lei da Política Agrícola). Ementa: Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para modificar a composição e as atribuições do Conselho Nacional de Política Agrícola.

Autor: Deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS).

Relator: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE).

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA – CME / DATA: 12/12/2018, ÀS 10H, PLENÁRIO 14

ITEM 2 – PL 2116/2011 (Iluminação Pública). Ementa: Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, que "dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.

Autor: Deputado Leopoldo Meyer (PSB-PR).

Relator: Deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG).

Posicionamento: Rejeitar.



PLENÁRIO, DATA: 11/12/2018, ÀS 14H

ITEM 1 – PLC 78/2018 (Royalties). Ementa: Altera a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, para permitir à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) a transferência parcial a terceiros de áreas contratadas no regime de cessão onerosa.

Autor: Deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA).

Posicionamento: Aprovação condicionada ao acatamento do Plenário das seguintes emendas:

Emenda nº 10 - Trata do recurso pago pelas empresas ganhadoras do processo licitatório no ato da aquisição do direito exploratório. O projeto aprovado na Câmara prevê que estes recursos, mais imediatos, fiquem apenas com a União. Assim, a segunda modificação necessária no projeto é a distribuição do bônus de assinatura com os Estados e os Municípios.

Emenda nº 11 - Trata-se do recurso pago pelas empresas ganhadoras do processo licitatório no ato da aquisição do direito exploratório. O projeto aprovado na Câmara prevê que estes recursos, mais imediatos, fiquem apenas com a União. Assim, a segunda modificação necessária no projeto é a distribuição do bônus de assinatura com os Estados e os Municípios. É o que estabelece a Emenda 10. Esta divide 30% igualmente entre o FPM e o FPE.

Emenda nº 12 - Hoje existe a previsão de dedução no Imposto de Renda do valor pago de royalties e de bônus de assinatura. Como o imposto de renda é base para o FPM, essa previsão tira recurso do Fundo. Da forma como está o projeto, além de não receber os royalties, nem o bônus de assinatura, os Municípios vão deixando de arrecadar com o FPM.

ITEM 6 – PLS 334/2017 (Econômico – Planejamento e Orçamento). Ementa: Modifica a Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar que as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios decorrentes do § 1º do art. 20 da Constituição Federal sejam consideradas para fins de cálculo dos limites da despesa total com pessoal.

Autor: Senador Dalirio Beber (PSDB-ES).

Posicionamento: Rejeitar a matéria.

ITEM 8 – PLS 392/2016 Ementa: Altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão.

Autora: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES).

Posicionamento: Rejeitar a matéria. O PLS 392/2016 propõe acrescentar o pedido de demissão manifestado pelo trabalhador como uma das situações que permita o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A Confederação Nacional de Municípios (CNM), manifesta preocupação uma vez que o acréscimo de novas situações que permita a movimentação e saques do FGTS sem dimensionar o impacto para os futuros investimentos em obras de infraestrutura urbana poderá afetar ou mesmo limitar o montante de recursos do FGTS destinados aos programas federais que financiam programas de infraestrutura urbana que operam com esses recursos, em especial, programas habitacionais, por exemplo, o Programa Minha Casa, Minha Vida.

ITEM 13 – PRS 10/2018 (Econômico – Planejamento e Orçamento). Ementa: Institui o Conselho de Avaliação das Políticas Tributárias.

Autor: Comissão de Assuntos Econômicos.

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE – CMA / DATA: 11/12/2018, ÀS 11h30, PLENÁRIO 9

ITEM 5 – PLS 368/2012 (Social – Meio Ambiente). Ementa: Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.

Autora: Senadora Ana Amélia (PP-RS) Relator:

Senador Romero Jucá (MDB-RR)

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CMA / DATA: 12/12/2018, ÀS 9h, PLENÁRIO

13

ITEM 4 – PLS 146/2014 (Econômico – Desenvolvimento Regional). Ementa: Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos.

Autor: Senador Antônio Valadares (PSB/SE).

Relator: Senador José Pimentel (PT-CE).

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ / DATA: 12/12/2018, HORÁRIO A DEFINIR, PLENÁRIO 3

ITEM 9 – PLS 228/2018 (Remuneração/Subsídio Agente Públicos). Ementa: Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar como crime de responsabilidade a omissão no envio ao Poder Legislativo da proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos.

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Relator: Senador Hélio José (PROS-DF).

Posicionamento: Rejeitar.